



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARILÂNDIA



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de Marilândia
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O objeto do presente termo é a Concessão de Uso de Espaço Público contendo equipamentos e mobiliários a este incorporado, em espaço reservado, localizado no espaço cultural Giordano Lorencini e parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, nesta cidade, para o funcionamento de atividade no ramo de venda de produtos alimentícios prontos para o consumo, objetivando a comercialização de refeições, lanches, bebidas e/ou sorvetes por unidade aos frequentadores e visitantes da praça de lazer.

1.2 o quiosque da Praça já vem como nome definido pela administração sendo escolhido **‘QUIOSQUE DO CAPELETE’**

1.2 - Das características do objeto **BAR DO ESPAÇO CULTURAL.**

- O bem a ser cedido para o uso possui área total de aproximadamente 40m² (quarenta metros quadrados), incluindo os sanitários.
- Uma cozinha, com armário e pia embutidos.
- Um banheiro masculino com um vaso sanitário.
- Um banheiro feminino com um vaso sanitário.

1.3 – Das características do objeto **QUIOSQUE DA PRAÇA DEJACIR GREGORIO CAVERSAN.**

- O bem a ser cedido para o uso possui área total de aproximadamente 64,00m² (sessenta e quatro metros quadrados), incluindo os sanitários.
- Uma cozinha, com pia e não tem armários embutido
- Um banheiro masculino com 1 vaso e 2 mictórios dois lavabos.
- Um banheiro feminino com 3 vasos sanitários, com dois lavabos.
- Um banheiro PNE com um vaso sanitário, com um lavado

2 - PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 - O prazo de vigência do termo de autorização será de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública.

2.2 – Promover todas as instalações necessárias em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura da autorização, podendo o prazo ser prorrogado.

2.3 O funcionamento do restaurante/lanchonete deverá ser iniciado em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado.



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A concessão do espaço localizados no espaço cultural Giordano Lorencini e no parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, deve-se a necessidade de colocar à disposição dos munícipes mais uma opção de lazer, almejando o funcionamento de algum estabelecimento do ramo alimentício prontos para consumo, tal como: lanchonete, restaurante, sorveteria, etc., de modo a garantir a comunidade maior comodidade, vez que a área a ser cedida se encontra localizada no centro da do espaço Cultural Giordano Lorencini e Parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, local onde acontece os maiores eventos em nosso município, a citar Festa da Cidade, Baile de Aleluia, Rodeio, feirinhas, torneios, campeonatos, etc., mais opções de lazer trará reflexos positivos na rotina de trabalho e na qualidade de vida da população.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste TR - Termo de Referência.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação/aquisição deve observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Trata-se da concessão onerosa de uso do espaço, para fins comerciais, na qual consiste em um contrato administrativo onde o poder público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particulares, para que o explore segundo a sua destinação específica.

5.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.3. O serviço será prestado durante um período de 12 (DOZE) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes por igual período, limitado aos prazos máximos estabelecidos no Art. 110 da Lei nº 14.133 de 2021, e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

5.2. A vistoria é obrigatória.

5.2.1. Tendo em vista a realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - Os serviços deverão ser prestados de forma indireta, de um modo geral, fica desde logo definido que, em face de sua natureza, a execução dos serviços dar-se-á nas dependências do CEDENTE, espaço reservado para a comercialização de produtos alimentícios prontos para o consumo, localizada no espaço cultural Giordano Lorencini e parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, Centro, na cidade de Marilândia-ES;



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

6.2 – O horário de funcionamento, deverá ser de segunda-feira a domingo, no horário compreendido entre às 06h00min às 2h00min para o espaço cultural e 06h00min às 00h00min, não podendo exceder ao horário previsto para o fechamento;

6.3 – Fica o CESSIONÁRIO proibido de passar para terceiro os pontos comerciais.

6.4 – Fica o CESSIONÁRIO obrigado a oferecer uma estrutura mínima para a instalação de um comercio no local espaço cultural.

6.4.1 – Duas geladeiras horizontais

6.4.2 – 30 jogos de mesas completos com quatro cadeiras

6.4.3 – Chapa para fazer lanche

6.4.4 - Fogão para fritura de salgados e porções

6.4.5 – Forno para assar pizza

6.4.6 - 4 freezers verticais

6.4.7 – Rixo de restaurante com no mínimo oito cubas, para servi almoço em dias de eventos.

6.4.8 – talheres e pratos para servir.

6.5 – Fica o CESSIONÁRIO obrigado a oferecer uma estrutura mínima para a instalação de um comercio no parque urbano Dejacir Gregorio Caversan.

6.5.1– Chapa para fazer lanche

6.5.2- Fogão para fritura de salgados e porções

6.5.3 – Freezers vertical para exposição de sorvetes e bebidas

6.5.4 – talheres e pratos para servi.

6.5.5 – Freezers horizontal para sorvetes, picolés e açaí,

6.5.6 - 20 jogos de mesas completos com quatro cadeiras

6.6 – Manter os locais limpos e higienizados em condições para atendimento ao público.

6.7 – O bar do parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, só poderá comercializar bebida **Long. Neck e chopp, fica proibida a venda de bebida destilada (cachaça, Vodka, etc..), ou qualquer outro tipo de bebida alcóolica como garrafas de cervejas ou litros.**

6.7.1 – o quiosque do Parque Urbano, Dejacir Gregorio Caversan, é obrigatória a venda de capelete, como forma de promover o título de capital estadual do capelete, devendo constar no cardápio, e nas divulgações de promoção do quiosque, usando o capelete como símbolo no cardápio.

6.8- O bar do espaço cultura poderá comercializar todos os tipos de bebidas, com apresentação de nota fiscal de compra, provando a boa procedência da mercadoria, a nota deve ser entregue na vigilância sanitária.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE.

7.1 - Nomear 01(um) Gestor/Fiscal para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais;

7.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CESSIONÁRIO;

7.3- Prover condições que possibilitem o início da execução dos serviços.



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

7.4- Solicitar a Autorizada, sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação da entrega dos produtos.

7.5- Instituir o acompanhamento efetivo e permanente da execução da concessão, através de indicação do gestor da concessão, os quais deverão desenvolver todas as suas atribuições nos termos fixados neste Termo de Referência e/ou em regulamento interno.

7.6- Relacionar-se com a autorizada através de e-mails, ofícios e outros meios documentados.

7.7 - Assegurar o livre acesso dos empregados da autorizada, quando devidamente identificados.

7.8- Fornecer a autorizada, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços em relação a entrega dos produtos e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços contratados.

7.9- Caberá a autorizante, a seu critério, exercer ampla e permanente fiscalização do objeto executado.

7.10- Disponibilizar a área descrita deste termo pronto para a instalação da estrutura da praça de comercialização.

7.11- Fornecer ponto de energia e ponto de água.

7.12- Reserva-se a Prefeitura Municipal de Marilândia, o direito de recusar qualquer objeto que não atenda as especificações, obrigando-se a autorizada a substituí-lo sem qualquer ônus adicional.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DOS CESSIONÁRIOS.

8.1 - Cumprir o objeto da concessão em estrita observância das condições previstas nesta concessão e na proposta.

8.2 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do cumprimento do objeto da contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento do referido cumprimento.

8.3 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta contratação, inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes do cumprimento do objeto da concessão.

8.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do cumprimento da concessão

8.5 - Arcar com os custos de toda estrutura necessária ao seu funcionamento da área de alimentação.

8.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- 8.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 8.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 8.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 8.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.

- 9.1 - A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução destes contratos ficará a cargo de um servidor da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- 9.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.3 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.4 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.5 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.6 - Após a assinatura da concessão, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa vencedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.7 – As competências dos Fiscais Administrativos, Fiscais Técnicos e Gestor dos contratos estão

10 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - FORMA DE PAGAMENTO

10.1.1 - O pagamento será realizado através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

10.1.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que houver a baixa do documento de arrecadação.

10.2 - PRAZO DE PAGAMENTO

10.2.1 - O pagamento será efetuado por meio de DAM emitido pela administração municipal que terá como vencimento o dia 10 de cada mês, a contar do mês subsequente a inauguração do estabelecimento.

10.3 - O recolhimento deverá ser efetuado através de depósito identificado em conta bancária Banestes – PMM Ag:151 Conta Corrente:3.079.084);

11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.2.”, “11.1.3.” e “11.1.4.” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.2.5.”, “11.2.6.”, “11.2.7.” e “11.2.8.” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.2.2.”, “11.2.3.” e “11.2.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 - Multa:

- 11.3.1 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.3.2 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.3.3. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.3.4 - compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.4 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

11.5.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021) 11.5.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

11.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

11.12 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.13 - Aquele que convocado para assinatura do termo de autorização não o fizer dentro do prazo estabelecido pela Administração, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo a sanção penal.

12 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção

12.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1 - O fornecedor será selecionado através da realização de pregão, com adoção do critério de julgamento pela maior oferta.

12.2 - Exigências de habilitação

12.2.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.2.1.1 - Habilitação jurídica

12.2.1.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei,

tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.1.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.1.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.1.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.1.1.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

12.2.1.1.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Avaliação das Propostas – Julgamento das propostas conforme os critérios estabelecidos. Classificação e Divulgação do Resultado – Publicação da classificação final e convocação do vencedor. Assinatura do Termo de Cessão de Uso – Após a aprovação, será formalizado o contrato entre as partes.

12.2.1.1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato

constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com

averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.2.1.1.8 - Sociedade cooperativa: A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto

nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: ata de fundação; estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador; Prova de regularidade da cooperativa junto à OCB-ES, conforme previsto no artigo 4º e seguintes da Lei Estadual 8.257/2006.

12.2.1.1.10 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.1.1.11 – Será permitida a participação de consórcio de pessoas jurídicas na presente licitação, conforme cláusulas editalícias a serem previstas no edital.

12.2.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.2.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.2.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira

12.2.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

12.3. Qualificação Técnica

- Experiência comprovada na operação de estabelecimentos similares (bares, restaurantes e lanchonetes de no mínimo (2) dois anos);

13 - DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.

13.1 - No dia, hora e local fixado no edital, a proponente apresentará sua PROPOSTA, redigida no idioma nacional, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo(s) seus representantes(s) legal(ais);

13.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser impressa em papel timbrado da proponente, numerada em ordem sequencial, constando o seu endereço, razão social, CNPJ, número de telefone, fax e endereço eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, mencionando o número e o objeto da Concorrência;

13.3 - O valor monetário da Taxa de Ocupação do Espaço, em reais, em algarismos e por extenso;

13.4 - O valor mínimo inicial para proposta é de R\$ 1.000,00 (Mil reais);

14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A presente concessão será regida por:



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
Demais legislações correlatas.

Elaborado por: Roberta Arrivabeno
Gerente de Cultura e Turismo - Matrícula nº 12373

Aprovado por: Gildo Alberto Bozzeti
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Matrícula nº 12229

